



**Demonstrações Financeiras Combinadas
Preparadas de Acordo com Práticas
Contábeis Adotadas no Brasil - Aplicáveis
às Instituições Financeiras**

Conglomerado Prudencial Banco Original.

30 de Junho de 2017

ÍNDICE	Pág.
Relatório da Administração	1
Relatório dos Auditores Independentes	4
Demonstrações Financeiras	
Balancos Patrimoniais	6
Demonstrações dos Resultados	8
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	10
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
Nota 1 . Contexto Operacional	11
Nota 2 . Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras	11
Nota 3 . Descrição das Principais Práticas de Combinação	11
Nota 4 . Principais Práticas Contábeis	11
Nota 5 . Disponibilidades	14
Nota 6 . Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	14
Nota 7 . Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	14
Nota 8 . Relações Interfinanceiras	18
Nota 9 . Carteira de Créditos e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	18
Nota 10 . Outros Créditos	20
Nota 11 . Outros Valores e Bens	22
Nota 12 . Participações em Coligadas e Controladas	23
Nota 13 . Imobilizado de Uso	23
Nota 14 . Intangível	23
Nota 15 . Captações de Recursos e Obrigações por Repasses	24
Nota 16 . Obrigações por Empréstimos	25
Nota 17 . Outras Obrigações	26
Nota 18 . Ativos e Passivos Contingentes e Provisões	26
Nota 19 . Patrimônio Líquido	27
Nota 20 . Limites Operacionais	28
Nota 21 . Partes Relacionadas	28
Nota 22 . Receitas de Prestação de Serviços	29
Nota 23 . Despesas de Pessoal	30
Nota 24 . Outras Despesas Administrativas	30
Nota 25 . Despesas Tributárias	30
Nota 26 . Outras Receitas Operacionais	30
Nota 27 . Outras Despesas Operacionais	30
Nota 28 . Resultado não Operacional	31
Nota 29 . Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	31
Nota 30 . Estrutura de Gerenciamento de Risco	31
Nota 31 . Outras Informações	32
Nota 32 . Acordo de Colaboração de executivos e ex-executivos de Liniência da JBS. S.A e J&F Investimentos	32
Relatório do Comitê de Auditoria	33

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A (Conglomerado) para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do BACEN, acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2017, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

● **Desempenho nos Negócios**

1. Resultados

Em 30 de junho de 2017, conglomerado apresentou lucro no semestre de R\$ 2.896 , contra um lucro de R\$ 19.279 apresentado no primeiro semestre de 2016.

O resultado mais modesto é uma função da redução da atividade do banco no 1º semestre do ano, combinada com as despesas de provisão e despesas relacionadas ao banco de varejo ainda elevadas, e está em linha com o plano de negócios. Resultados voláteis são esperados até a maturação da atividade de varejo, esperada para 2019/2020.

2. Ativos e Passivos

O total de ativos atingiu R\$ 7.932.345 (30/06/2016 - R\$ 7.405.387) e é representado principalmente por:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Aplicações Interfinanceiras	158.966	944.075
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	2.208.374	1.033.973
Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito	3.608.194	4.157.516

A carteira de crédito expandida, composta pela carteira de crédito e outros créditos, fiança e títulos privados, ao término do semestre, atingiu o saldo de R\$ 4.089.218 (30/06/2016 - R\$ 4.243.411) e o saldo da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa e de fiança é de R\$ 175.349 (30/06/2016 - R\$ 100.030), correspondente a 4,29% da carteira expandida.

Em 2017, a Carteira de Crédito e outros créditos sofreu uma redução devido a baixa recuperação econômica do mercado, afetando o desempenho dos demais setores. Dessa forma, o aumento dos limites de créditos vigentes ou a aprovação em larga escala de novos créditos foram comprometidos. Por essa razão, o Banco estabeleceu uma política de preservação de liquidez no primeiro semestre de 2017, o que fez com que menos créditos fossem liberados. Por fim, a carteira de crédito também foi reduzida pelo impacto da venda de R\$ 430.907 de crédito ativo.

O prazo médio da carteira ativa ao final do semestre é de 267 dias.

O resultado das políticas mais seletivas nas cessões de créditos está demonstrado pelos seguintes indicadores:

- 68% da Carteira de Crédito está concentrada nos Ratings AA a A;
- 92% da Carteira de Crédito Total está em Curso Normal.

O quadro a seguir demonstra que mesmo neste cenário adverso a posição de risco de crédito do Conglomerado está bem administrada. De acordo com a política de concessão de crédito, substancialmente, são solicitadas garantias bem superiores ao valor da operação de crédito, protegendo-se de uma possível desvalorização, custos processuais ou perdas financeiras advindas da ação de sequestro da garantia. O registro das garantias é realizado na forma da lei e, em se tratando de penhor ou alienação de bens móveis ou imóveis, se dá nos cartórios competentes.

Rating	Carteira e Garantias				
	Em Dia (Normal)	Em Atraso (Anormal)	Saldo Carteira	Garantia Real	% Cobertura R\$ mil
AA - C	3.321.564	124.490	3.446.055	5.118.951.733	148,5%
D - H	55.784	169.031	224.815	300.148.413	133,5%
TOTAL	3.377.348	293.521	3.670.869	5.419.100.146	147,60%

- O índice de Cobertura apurado foi de 174%, ou seja, os saldos de provisões de crédito cobrem a Carteira com atraso superior a 90 dias;

Funding

Conforme já mencionado optamos por reduzir a carteira de crédito para preservação do caixa e da liquidez do banco, abrindo mão de rentabilidade pela manutenção da liquidez da instituição, em função do cenário adverso dos primeiros seis meses do ano de 2017. Em 30 de junho de 2017 o caixa livre era de mais de R\$ 2 bilhões. O Funding total do banco, na mesma data, era de aproximadamente R\$ 5 bilhões com um prazo médio de 337 dias. A captação do banco de varejo já contribui com pouco mais de 13% do total do Funding do banco (30.06.2016 este índice era de 2%).

3. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido resultante ao final do primeiro semestre foi de R\$ 2.211.569 mil (30/06/2016 - R\$ 2.203.460), composto da seguinte maneira:

Descrição	(R\$ mil)	30/06/2017	30/06/2016
Capital Social		2.239.124	2.239.124
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(8.276)	(1.279)
Reservas de Lucros		14.880	23.209
Prejuízos Acumulados		(34.159)	(57.594)

O valor do Patrimônio Líquido da Instituição minoritária atingiu o montante de R\$ 124.241 (2016 - R\$ 128.429)

● Agência de Rating

Agência	Curto prazo		Longo prazo	
	Escala Nacional		Escala Global	
Fitch Ratings ⁽¹⁾	F2 (bra)	BBB+ (bra)	B	B+

(1) Junho 2017

● Governança Corporativa

1. Gerenciamento de Riscos e Controles

O Conglomerado preza por uma estrutura organizacional que permite controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo as regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por estas áreas em processos já implantados.

O Conglomerado qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição frente à liquidez dos mercados durante os processos de liquidação.

Risco de Liquidez: possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gestão de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Conglomerado está sujeito, frente a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

2. Comitê de Auditoria

A partir do 3º trimestre de 2014, o Comitê de Auditoria passou a ser composto por membros qualificados, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.329/2014, completando a estrutura de controle com alto padrão em Governança Corporativa.

● **Ouvidoria**

A estrutura de Ouvidoria do Conglomerado atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. O conglomerado mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-los no cumprimento de sua missão.

No primeiro semestre de 2017, foram abertas 29 demandas (30/06/2016 - 25) as demandas foram informadas à Alta Administração do Conglomerado e, também constam no relatório de Ouvidoria, exigido pela Resolução CMN nº 3.849/2010.

● **Pessoas**

O Conglomerado acredita que seus colaboradores são imprescindíveis para o sucesso e crescimento dos negócios e, desse modo, respeita as diferenças individuais e culturais e estimula o ambiente onde todos possam contribuir com suas experiências.

Assim, investe de forma contínua e estratégica na formação de seus colaboradores, através de programas como Educação Corporativa e Parcerias, com um modelo que estimula o desenvolvimento e fortalece os valores e cultura organizacional.

● **Relacionamento com os Auditores**

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o semestre os Auditores Independentes prestaram os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade, agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 28 de agosto de 2017.

Diretoria

Contador

Carlos André Hermesindo da Silva
CRC - 281528/O-1

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores e Acionistas do
Conglomerado Financeiro Original
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial, em 30 de junho de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis consolidadas de propósitos especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa nº 2.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A., em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Ênfase – Investigação J&F Investimentos S.A.

Chamamos a atenção para a nota explicativa 32 às demonstrações financeiras do Banco, que menciona o Acordo de colaboração de executivos e ex-executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A., atual controladora indireta do Banco, bem como o processo de investigação conduzido, sob responsabilidade do Comitê de Supervisão Independente e previsto no acordo de leniência, em relação ao Banco. Nossa opinião não está sendo ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Chamamos atenção para a nota explicativa 21 às demonstrações financeiras do Banco, que apresenta as transações efetuadas com partes relacionadas ao Banco. Nossa opinião não está sendo ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase - Base de elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis consolidadas que divulgam que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A. foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen. Conseqüentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras combinadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições especiais – Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com estruturas conceituais de contabilidade para propósitos especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras combinadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2017
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2017	30/06/2016
Ativo Circulante		4.736.465	5.080.078
Disponibilidades	5	433.237	19.747
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	158.966	938.868
Aplicações no Mercado Aberto		-	938.868
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		140.735	-
Aplicações em moeda estrangeira		18.231	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	7	1.060.257	664.498
Carteira Própria		1.048.371	526.704
Vinculados a Compromissos de Recompra		-	-
Vinculados à Prestação de Garantias		-	59.200
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.1	11.886	78.594
Relações Interfinanceiras	8	3.680	1.162
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		1.916	254
Créditos Vinculados		1.510	836
Depósitos no Banco Central		1.510	836
Correspondentes		254	72
Relações Interdependências	15.d	12.151	6.456
Transferências Internas de Recursos		12.151	6.456
Operações de Crédito	9	1.336.779	1.626.262
Setor Privado		1.428.382	1.676.530
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e	(91.603)	(50.268)
Outros Créditos		1.715.876	1.754.194
Carteira de Câmbio	10.a	61.518	95.202
Rendas a Receber		406	3.144
Negociação e Intermediação de Valores	7.b.2	1.690	10.855
Créditos Tributários	10.b.1	48.408	22.762
Direitos Creditórios	10.e	1.460.197	1.578.274
Diversos	10.d	176.846	59.722
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e.1	(33.189)	(15.765)
Outros Valores e Bens		15.519	68.891
Despesas Antecipadas	11	15.519	68.891
Ativo Realizável a Longo Prazo		2.432.845	1.556.068
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	-	5.207
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	5.207
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	7	1.148.117	369.503
Carteira Própria		561.636	164.022
Vinculados a Compromissos de Recompra		405.798	50.112
Vinculados à Prestação de Garantias		180.683	154.287
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.1	-	1.082
Operações de Crédito	9	480.092	687.872
Setor Privado		529.850	721.839
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e	(49.758)	(33.967)
Outros Créditos		739.884	426.767
Direitos Creditórios	10.e	189.765	180.873
Créditos Tributários	10.b.1	227.012	239.725
Diversos	10.d	323.123	6.200
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e.1	(16)	(31)
Outros Valores e Bens	11	64.752	66.719
Outros Valores e Bens		70.742	72.602
(Provisão para Desvalorização)		(5.990)	(5.883)
Permanente		763.035	770.318
Investimentos		6.605	64.957
Participações em Coligadas e Controladas:	12	6.157	64.509
No País		6.157	64.509
Outros Investimentos		448	448
Imobilizado de Uso	13	75.255	650.548
Outras Imobilizações de Uso	13.b	95.576	676.465
(Depreciações Acumuladas)		(20.321)	(25.917)
Ativos Intangíveis	14	681.175	54.813
Ativos Intangíveis		766.829	54.813
(Amortização Acumulada)		(85.654)	-
Total do Ativo		7.932.345	7.406.464

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2017	30/06/2016
Passivo Circulante		3.493.301	3.410.917
Depósitos	15.a	1.293.153	879.458
Depósitos à Vista		108.600	54.845
Depósitos Interfinanceiros		157.644	2.035
Depósitos a Prazo		1.026.909	822.578
Captações no Mercado Aberto	15.b	401.290	50.001
Carteira Própria		401.290	50.001
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	15.c	1.410.716	1.768.989
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.409.451	1.766.151
Certificados de Operações estruturadas		1.265	2.838
Relações Interfinanceiras	8	1.665	895
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		1.665	895
Relações Interdependências	15.d	15.221	13.025
Recursos em Trânsito de Terceiros		4.188	6.505
Transferências Internas de Recursos		11.033	6.520
Obrigações por Empréstimos	16.a	49.699	350.524
Empréstimos no Exterior		49.699	350.524
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	15.e	49.067	35.721
Outras Instituições		49.067	35.721
Instrumentos Financeiros Derivativos		19.596	120.057
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.1	19.596	120.057
Outras Obrigações		252.894	192.247
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		655	274
Carteira de Câmbio	10.a	3.104	27.235
Sociais e Estatutárias	21.d	3.910	-
Fiscais e Previdenciárias	17.a	13.476	20.878
Negociação e Intermediação de Valores	7.b.2	2.401	10.214
Diversas	17.b	229.348	133.646
Passivo Exigível a Longo Prazo		2.220.601	1.786.922
Depósitos	15.a	1.723.458	1.191.298
Depósitos a Prazo		1.723.458	1.191.298
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	15.c	450.507	546.899
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		450.507	546.708
Certificados de Operações estruturadas		-	191
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	15.e	-	2.624
Outras Instituições		-	2.624
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	19
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	19
Outras Obrigações		46.636	46.082
Diversas	17.b	46.636	46.082
Resultados de Exercícios Futuros		6.876	3.144
Rendas Antecipadas		6.876	3.144
Patrimônio Líquido		2.211.567	2.205.481
Capital Social:		2.130.001	2.130.001
De Domiciliados no País	19.a	2.130.001	2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.b	(8.514)	(1.140)
Prejuízos Acumulados		(34.161)	(57.595)
Participação de Não controladores		124.241	134.215
Total do Passivo		7.932.345	7.406.464

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Receitas da Intermediação Financeira		628.507	476.883
Operações de Crédito	9.g	424.132	307.092
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7.a.3	96.450	87.879
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.3	105.995	87.647
Resultado de Operações com Câmbio	10.a.1	1.930	(5.735)
Despesas da Intermediação Financeira		(314.879)	(254.341)
Operações de Captação no Mercado	15.a.1	(314.948)	(275.882)
Operações de Empréstimos e Repasses	15.f	69	21.541
Resultado Bruto da Intermediação Financeira Antes da Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa		313.628	222.542
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.e	18.040	(29.872)
Resultado da Intermediação Líquida da Provisão para Perda de Crédito		331.668	192.670
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(310.286)	(171.337)
Receita de Prestação de Serviços	22.a	12.907	11.750
Tarifas	22.b	1.608	16
Despesas de Pessoal	23	(157.541)	(88.649)
Outras Despesas Administrativas	24	(179.651)	(116.595)
Despesas Tributárias	25	(15.877)	(11.132)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	12	361	856
Outras Receitas Operacionais	26	29.978	36.273
Outras Despesas Operacionais	27	(2.071)	(3.856)
Resultado Operacional		21.382	21.333
Resultado Não Operacional	28	(461)	(565)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		20.921	20.768
Imposto de Renda e Contribuição Social	29	2.894	17.816
Provisão para Imposto de Renda		-	(2.753)
Provisão para Contribuição Social		-	(2.227)
Ativo Fiscal Diferido		2.894	22.796
Participações no Lucro		(20.919)	(19.887)
Participação dos Minoritários			582
Lucro Líquido do Semestre		2.896	19.279
Juros Sobre Capital Próprio		(4.600)	-
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
<i>Controlador</i>		2.637	(2.330)
<i>Não Controladores</i>		259	21.609

CONGLOMERADO PRUDENCIAL DO BANCO ORIGINAL S.A
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Capital Social	Aumento de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	2.103.451	26.550	(10.976)	(55.265)	2.063.760	110.434	2.174.194
Homologação do Bacen s/ Aumento de Capital Social	26.550	(26.550)	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	9.836	-	9.836	151	9.987
(Prejuízo) / Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	(2.330)	(2.330)	21.609	19.279
Destinações	-	-	-	-	-	-	-
Participação de não Controladores	-	-	-	-	-	2.021	2.021
Saldos em 30 de Junho de 2016	2.130.001	-	(1.140)	(57.595)	2.071.266	134.215	2.205.481
Mutações do Período	26.550	(26.550)	9.836	(2.330)	7.506	21.760	29.266
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	2.130.001	-	3.554	(36.798)	2.096.757	128.429	2.225.186
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.b	-	(12.068)	-	(12.068)	-	(12.068)
(Prejuízo) / Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	2.637	2.637	-	2.637
Destinações	-	-	-	-	-	-	-
Participação de não Controladores	19.c	-	-	-	-	(4.188)	(4.188)
Saldos em 30 de Junho de 2017	2.130.001	-	(8.514)	(34.161)	2.087.326	124.241	2.211.567
Mutações do Período	-	-	(12.068)	2.637	(9.431)	(4.188)	(13.619)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2017	30/06/2016
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Semestre		2.896	19.279
Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre		123.989	(24.581)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.e	(18.040)	29.879
Carteira de crédito		(25.911)	24.697
Outros Créditos		7.871	5.182
Cessão de créditos		-	-
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	12	(361)	(856)
Depreciações / Amortização	24	48.222	10.767
Ajuste a Valor de Mercado		75.495	(48.446)
Tributos Diferidos		(2.894)	(22.796)
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros	27	541	-
Provisão de Participações no Lucro		20.919	19.887
Provisão para Desvalorização BNDU	11	107	(13.016)
Lucro Líquido do Semestre Ajustado		126.885	(5.302)
Variações em Ativos e Passivos		222.213	487.895
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(53.566)	(3.728)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos		(503.796)	(6.894)
Variação Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		17.290	6.669
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		730.756	435.551
Redução (Aumento) em Outros Créditos		780.604	(491.384)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		(15.503)	(55.068)
Aumento (Redução) em Depósitos		(167.542)	592.752
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		95.862	50.001
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		(549.547)	144.080
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		(100.709)	(129.820)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(11.636)	(54.264)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		349.098	482.593
Atividades de Investimento			
Aumento em Investimentos		-	227
Alienação de Imobilizado de Uso	13.b	19.232	(26.454)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(4.800)	-
Aquisição no Intangível	14.b	(84.997)	(123.034)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		(70.565)	(149.261)
Atividades de Financiamento			
Juros sobre o Capital Próprio		(4.600)	-
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		(4.600)	-
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		273.933	333.332
Modificações na Posição Financeira:		273.933	333.332
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre		933.339	625.283
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre	5	1.207.272	958.615
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		273.933	333.332

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

As demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A. (Conglomerado), que são de responsabilidade da Administração das empresas integrantes deste Conglomerado, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades financeiras do Banco Original S.A., uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras comerciais, de investimento, de crédito imobiliário, financiamento e investimento; do Banco Original do Agronegócio S.A., que opera como banco múltiplo autorizado pelo Bacen e desenvolve suas operações por meio das carteiras comerciais, de crédito imobiliário e financiamento, independente da disposição de sua estrutura societária e dos requisitos de apresentação de demonstrações contábeis determinados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, e Original Cayman Brasil que é uma agência no exterior. A entidade líder do Conglomerado por ter maior volume de transações é o Banco Original S.A.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações contábeis do Conglomerado foram elaboradas pela administração da Instituição, para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do BACEN.

As políticas e práticas contábeis, os critérios de avaliação, de reconhecimento e de mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas previstos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN) foram considerados para a elaboração das Demonstrações contábeis Prudencial do Banco Original S.A. – Conglomerado.

O art. 1º da Resolução nº 4.280/2013, do CMN determina que na elaboração das Demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A., as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil de forma consolidada, devem incluir os dados relativos as entidades discriminadas a seguir, localizadas no país ou no exterior, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto: (I) instituições financeiras; (II) demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (III) administradoras de consórcios; (IV) instituições de pagamento; (V) sociedades de que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e (VI) outras pessoas jurídicas sediadas no país que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos itens de I a V. Assim, as Demonstrações contábeis Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A. (Conglomerado) compreendem as seguintes entidades:

Banco Original S.A.
Banco Original do Agronegócio S.A.
Agência Cayman no exterior

3. Descrição das Principais Práticas de Combinação

Na elaboração das Demonstrações contábeis do Conglomerado prudencial foram adotados, quando aplicáveis, os critérios para a consolidação em conformidade com o Cosif, instituído pela Circular nº 1.273/1987, especificamente em relação às Normas do Conglomerado Prudencial.

O valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido e o lucro (prejuízo) líquido das entidades que compõem as demonstrações contábeis antes de qualquer eliminação de consolidação estão assim representados:

1) Banco Original S.A

	Banco Original S.A		Agência Cayman		Banco Original Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Total do Ativo	7.877.382	7.297.781	147.035	-	8.024.417	7.297.781
Total do Passivo	5.790.056	5.226.515	111.101	-	5.937.091	5.226.515
Total do Patrimônio Líquido	2.087.326	2.071.266	35.934	-	2.087.326	2.071.266
Total Lucros (prejuízos) Líquidos do Exercício	2.637	(2.330)	2.658	-	2.637	(2.330)

2) Banco Original do Agronegócio

	Banco Original do Agronegócio S.A.	
	30/06/2017	30/06/2016
Total do Ativo	132.115	151.288
Total do Passivo	7.873	19.094
Total do Patrimônio Líquido	124.242	132.194
Total Lucros (prejuízos) Líquidos do Exercício	259	21.609

Nos procedimentos de combinação, foram eliminados os saldos das contas patrimoniais, as receitas e as despesas decorrentes de transações entre o Banco Original do Agronegócio S.A. e Banco Original S.A e agência Cayman. Os investimentos em empresas controladas não financeiras foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial e não fazem parte desta combinação.

4. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

b) Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perda, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Conforme Circular nº 3.068/2001 os títulos são registrados no Ativo Circulante independente de sua data de vencimento;
- **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial", e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido;
- **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

Em 30 de junho de 2017 e 2016 não havia títulos mantidos até o vencimento.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

f) Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição, de acordo com a intenção do Banco em utilizá-lo como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002, do Banco Central do Brasil. Os derivativos utilizados para proteger exposições de risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- *Hedge* de Risco de Mercado - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultado;
- *Hedge* de Investimento Líquido em Operações no Exterior - *Hedge* de Fluxo de Caixa - A parcela efetiva de *hedge* dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

g) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações de cessão de créditos, classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", são baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada.

Nas operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer ao procedimento das "operações com transferência" e as "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido, o passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido e o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período de forma segregada e as receitas e despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, observado as regras da Resolução nº 2.682/1999 do CMN, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

O Banco Original adquire créditos, de natureza mercantil, sem coobrigação de empresas não integrantes ao Sistema Financeiro Nacional (SFN), sendo estas com partes relacionadas. Estas operações são contabilizadas no grupo de contas – Outros Créditos com Características com Concessão de Crédito e seguem os mesmos critérios de contabilização e classificação de risco da carteira de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Conglomerado para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo BACEN.

h) Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base "pro rata" dia, incorridos até a data do balanço.

i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

j) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

j.1) Investimentos em Controladas

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas.

j.2) Imobilizado de Uso

O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10 anos, sistemas de processamento de dados e veículos - 5 anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10 anos.

j.3) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares.

No primeiro semestre de 2017 o Banco adotou os procedimentos contábeis da Resolução nº 4.534 e reclassificou do imobilizado montantes referentes a softwares adquiridos no mercado ou desenvolvidos internamente para o grupo de intangível.

k) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros ("Impairment")

É reconhecido como perda o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. No primeiro semestre de 2017, foi efetuado um estudo e não foram identificados indícios de Impairment.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

l) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Corrente e Diferido)

A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, assim entendido como sendo o lucro líquido contábil, ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil também ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei. As instituições financeiras, durante o ano de 2015, estiveram sujeitas a alíquota de 15% no período de janeiro a agosto e de 20% a partir de setembro, com a entrada em vigor da Lei nº 13.169/2015, fruto de conversão da MP nº 675/2015. As demais empresas, tiveram sua tributação mantida pela alíquota de 9% durante todo o exercício. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, sendo que os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos;
- **Provisões** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem alternativa senão a de liquidar a obrigação.

o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS 0,65% e a COFINS 4% são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em "despesas tributárias".

p) Outros Passivos

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

q) Resultado de Exercícios Futuros

Entendam-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondente a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), sobre as quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva depende apenas da fluência do prazo.

r) Partes Relacionadas

O Conglomerado possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado, para operações livres de risco. As operações de cessões de crédito foram feitas a valor contábil. Essas transações estão demonstradas na Nota 21, de acordo com os requisitos de divulgação do CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Resolução CMN nº 3.750/09. O Conglomerado efetuou cessão de carteira de crédito as quais foram precificadas pelo valor contábil.

s) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício de cada uma das entidades, conforme permite o Art. 202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976. No primeiro semestre de 2017 foram deliberados dividendos na forma de JCP vide nota 19.d.

t) Avals e Fianças

Os avals e fianças não honrados e prestados pela Instituição, não constituídos por dinheiro, são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação decorrentes de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos.

As rendas de comissões de avals e fianças prestadas, pertencentes ao período e não recebidas são contabilizadas mensalmente em Comissões por coobrigações a receber, em contrapartida com Rendas de garantias prestadas.

As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em rendas antecipadas, do grupamento Resultados de Exercícios Futuros, apropriando-se mensalmente, segundo o regime de competência.

De acordo com a Resolução 4.512/2016 as operações de avals e fianças prestadas e honradas e não honradas tem provisionamento atribuído a cada cliente conforme definido pela Administração com base na expectativa de perda da administração.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

5. Disponibilidades

Composição	30/06/2017	30/06/2016
Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira	433.237	19.747
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	74.305	938.868
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7.a.2)	699.730	-
Total	1.207.272	958.615

6. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	30/06/2017		30/06/2016	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	-	-	-	938.868
Posição Bancada	-	-	-	938.868
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	271.499
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	652.370
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	14.999
Posição Financiada	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	74.305	66.430	140.735	5.207
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	-	3.490	3.490	5.207
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - Não ligadas vinc. Crédito Rural	74.305	62.940	137.245	-
Aplicações em Moedas Estrangeiras	-	18.231	18.231	-
Aplicação prazo fixo	-	18.231	18.231	-
Total	74.305	84.661	158.966	944.075
Circulante	-	-	158.966	938.868
Longo Prazo	-	-	-	5.207

As operações compromissadas e os títulos privados encontram-se custodiadas na B3, e os lastros das operações no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

7. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva

a.1.1) Títulos para Negociação

	30/06/2017		30/06/2016	
	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	115.044	226	115.270	11.324
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	-
Letra do Tesouro Nacional - LTN	956.214	(10.588)	945.626	-
Títulos Privados				
Ações de Companhias Abertas ⁽¹⁾	-	-	-	54.355
Letra Financeira - LF	1.476	-	1.476	-
Total	1.072.734	(10.362)	1.062.372	65.679
Vinculados a compromissos de recompra				
Títulos Públicos				
Letra do Tesouro Nacional - LTN	270.623	13.523	284.146	-
Total	270.623	13.523	284.146	-
Vinculados a prestação de garantias				
Títulos Públicos				
Letra Financeira do Tesouro - LFT	4.457	3	4.460	-
Letra do Tesouro Nacional - LTN	175.147	1.076	176.223	-
Total	179.604	1.079	180.683	-

(1) Ações com a JBS

a.1.2) Títulos Disponíveis para Venda

	30/06/2017		30/06/2016	
	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Patrimonio	Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Letra Financeira do Tesouro - LFT	13.344	25	13.369	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	23.011
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	-	49.108
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	177.629	1.459	179.088	184.052
Aplic. em TVM no Exterior ⁽¹⁾	-	-	-	349.958
Títulos Privados				
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	3.243	-	3.243	2.840
Debêntures	88.185	(712)	87.473	16.050
Ações de Companhias Abertas ⁽²⁾	280.591	(16.129)	264.462	-
CDB ⁽³⁾	-	-	-	28
Total	562.992	(15.357)	547.635	625.047
Vinculados a compromissos de recompra				
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	-	50.112
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	119.967	387	120.354	-
Títulos Privados				
Debêntures	1.288	10	1.298	-
Total	121.255	397	121.652	50.112
Vinculados a prestação de garantias				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	51.703
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	161.784
Total	-	-	-	213.487

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

- (1) Os títulos no exterior encontram-se custodiados na EuroClear.
 (2) Em 30 de junho de 2017 o conglomerado reclassificou sua carteira de ações JBS para Disponível para Venda no montante de R\$ 35.493, sendo valor de custo R\$ 39.813 decrescido do ajuste negativo de R\$ 4.312 reconhecido no resultado até 30 de junho de 2017. No mesmo período foram recebidas ações da JBS no montante de R\$ 245.098 como parte do pagamento de cessão de crédito Nota 9f., classificadas como Títulos disponíveis para venda.
 (3) Tratam-se de Cédulas de Depósitos Bancários efetuadas com Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Sicoob.

a.2) Classificação e Vencimento

					30/06/2017	30/06/2016
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Títulos para Negociação						
Carteira Própria						
Títulos Públicos						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	699.730	48.856	197.040	945.626	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	115.270	115.270	11.323
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	-	-	-
Total Títulos Públicos	-	699.730	48.856	312.310	1.060.896	11.323
Títulos Privados						
Ações de Companhias Abertas	-	-	-	-	-	54.355
Letra Financeira - LF	-	-	1.093	383	1.476	-
CDB	-	-	-	-	-	28
Total Títulos Privados	-	-	1.093	383	1.476	54.383
Circulante					749.679	54.383
Longo Prazo					312.693	11.323
Vinculados a compromissos de recompra						
Títulos Públicos						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	284.146	284.146	-
Total	-	-	-	284.146	284.146	-
Circulante					-	-
Longo Prazo					284.146	-
Vinculados a prestação de garantias						
Títulos Públicos						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	4.460	4.460	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	176.223	176.223	-
Total	-	-	-	180.683	180.683	-
Circulante					-	-
Longo Prazo					180.683	-
Total Títulos para Negociação	-	699.730	49.949	777.522	1.527.201	65.706
Circulante					749.679	54.383
Longo Prazo					777.522	11.323
Títulos Disponíveis para Venda						
Carteira Própria						
Títulos Públicos						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	13.369	13.369	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	23.013
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	-	-	-	49.107
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	179.088	179.088	184.052
Aplicação em TVM no exterior	-	-	-	-	-	349.958
Total Títulos Públicos	-	-	-	192.457	192.457	606.130
Títulos Privados						
Debêntures ⁽²⁾	-	-	34.230	53.243	87.473	16.050
Nota Promissória	-	-	-	-	-	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI ⁽¹⁾	-	-	-	3.243	3.243	2.840
Ações de Companhias Abertas	264.462	-	-	-	264.462	-
Total Títulos Privados	264.462	-	34.230	56.486	355.178	18.890
Circulante					298.692	526.704
Longo Prazo					248.943	164.022
Vinculados a compromissos de recompra						
Títulos Públicos						
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	120.354	120.354	50.112
Títulos Privados						
Debêntures ⁽²⁾	-	-	-	1.298	1.298	-
Total	-	-	-	121.652	121.652	50.112
Circulante					-	-
Longo Prazo					121.652	50.112
Vinculados a prestação de garantias						
Títulos Públicos						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	51.704
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	-	-	161.783
Total	-	-	-	-	-	213.487
Circulante					-	59.200
Longo Prazo					-	154.287

(1) A aplicação em CRI pós-fixado refere-se à aquisição dos Certificados subordinados da primeira emissão da Gaia Securitizadora S.A., 1ª série e 2ª série. Estes papéis são remunerados às taxas de 14,50% a.a. e corrigidos monetariamente pela Taxa Referencial (TR), respectivamente, tendo seu vencimento em dezembro de 2038.
 (2) Estas Debêntures são remuneradas 100% do CDI + 4,25% a.a. seu vencimento é em fevereiro de 2019.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados e ações na B3.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.3) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	52.738	52.141
Rendas de Títulos de Renda Fixa	69.972	27.821
Rendas de Títulos de Renda Variável	(26.292)	(10.583)
Resultado de Títulos no Exterior	32	18.500
Total	96.450	87.879

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

A estrutura organizacional e de processos é montada de forma a permitir um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades. A estrutura de gerenciamento de riscos está descrita na Nota 30.

O Conglomerado utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de:

- Atender às necessidades dos clientes; e
- Realizar a gestão das exposições da carteira ao risco de mercado e de taxa de juros.

O Conglomerado segrega suas exposições em carteiras de negociação (*trading*) e de não negociação (*banking*), seguindo, além das melhores práticas de mercado, as diretrizes da Resolução 4.557/17 e da Circular 3.354/07, que estabelecem critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras.

As posições onde há intenção de obter ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira trading da Instituição. Neste caso, diariamente, estas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são:

- VaR Paramétrico, com nível de confiança de 99,9% e "holding period" estipulado de acordo com o prazo de liquidação da carteira;
- Stress Test; e
- Stop Loss.

Aqueles classificados como "banking" possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado e de taxa de juros da carteira de não negociação, composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Estas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2017 o Conglomerado detinha um único instrumento financeiro derivativo classificado contabilmente, nos termos da Circular 3.082/02, como hedge de fluxo de caixa. Este instrumento é um SWAP que faz o hedge da variação cambial do Capital da agência do Banco Original em Cayman.

Carteira Trading - jun/2017		Value at Risk		
Fator de Risco	Risco de Variação em:	Média	Fechamento	jun/16
Pré-fixado	Taxa de Juros pré-fixada	2.187	205	16.144
Boi Gordo	Preço do Boi Gordo CEPEA	3	3	-
Milho	Preço do Milho CEPEA	0	0	-
Moedas Estrangeiras	Variação Cambial	1.881	62	407
Índice Bolsa	Índice de Ações Bolsa	1.428	0	28
Ação Bovespa	Ação da Bovespa	13.148	0	15.204
Exposição com Correlação		13.236	227	39.338

Carteira Banking - jun/2017		Teste de Estresse		
Risco		Média	Fechamento	jun/16
Risco de Taxa de Juros		32.145	35.585	31.822

b.1) Critérios de Avaliação e Mensuração na Apuração do Valor de Mercado

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e, em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

- **Futuros e Opções Padronizadas:** cotações em Bolsas;
- **Opções não Padronizadas:** determinadas com modelos de precificação de opções aplicados às variáveis observadas no mercado;
- **"Swaps" e NDFs:** o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3;

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais "notional" estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	30/06/2017			30/06/2016		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial dos Contratos	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial dos
NDE						
Posição Ativa	18.607	6.957	5.831.601	64.267	69.575	1.044.342
Prefixado	12.897	961	3.684.578	64.267	69.471	547.531
Dólar	5.710	5.996	2.147.023	-	104	496.811
Passivo	(21.290)	(19.494)	(5.831.601)	(45.136)	(46.302)	(1.044.342)
Prefixado	(17.107)	(9.197)	(2.147.023)	(45.136)	(46.266)	(496.811)
Dólar	(4.183)	(10.297)	(3.684.578)	-	(36)	(547.531)
Diferencial Líquido	(2.683)	(12.537)	-	19.131	23.273	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	30/06/2017			30/06/2016		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial
Swap						
Posição Ativa	1.755	4.929	175.674	8.216	10.035	439.407
Commodities						
Prefixado	1.529	3.289	105.239	127	939	41.702
Dólar	164	297	20.162	1.412	1.579	339.595
CDI	62	1.343	50.273	6.677	7.517	58.110
Passivo	(209)	(97)	(175.674)	(58.566)	(72.067)	(439.407)
Commodities						
Prefixado	(209)	(97)	(57.089)	(58.525)	(72.067)	(337.651)
Dólar	-	-	(76.882)	-	-	(60.054)
CDI	-	-	(41.703)	(41)	-	(41.702)
Diferencial Líquido	1.546	4.832	-	(50.350)	(62.032)	-
Opções						
Posição Passivo	-	-	-	-	(1.451)	17.500
Dólar	-	-	-	-	(1.451)	17.500
Diferencial Líquido	-	-	-	-	(1.451)	17.500
COE (Certificado de Operação Estruturada)						
Posição Ativa	-	-	2.548	-	66	3.579
Dólar	-	-	2.548	-	66	3.579
Posição Passivo	-	(5)	(2.548)	-	(257)	(3.579)
Dólar	-	(5)	(2.548)	-	(257)	(3.579)
Diferencial Líquido	-	(5)	-	-	(191)	-

Resumo	30/06/2017			30/06/2016		
	Custo - Valor a Receber/(a Pagar)	Ajuste ao Valor de Mercado	Valor Referencial Total	Valor Referencial dos Contratos	Valor de mercado	Valor Referencial dos Contratos
Compra/Venda de NDF - a Receber/(Pagar)	(2.684)	(9.853)	(12.537)	5.831.601	4.143	1.044.342
Contratos de "Swap" a Receber/(Pagar)	1.546	3.286	4.832	175.674	(11.683)	439.407
Contratos de Opções a Receber/(Pagar)	-	-	-	-	(1.332)	1.450
COE (Certificado de Operação Estruturada)	(5)	-	(5)	2.548	(191)	3.579
Total	(1.143)	(6.567)	(7.710)	6.009.823	(9.063)	1.488.778

b.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

Valores a Receber/(Pagar) a Mercado	Acima de 12			30/06/2017	30/06/2016
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Meses	Total	Total
Operações NDF a Receber/(Pagar)	(10.350)	(2.187)	-	(12.537)	23.274
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	361	2.035	2.436	4.832	(62.032)
Operações de Opções a Receber/(Pagar)	-	-	-	-	(1.451)
COE (Certificado de Operação Estruturada)	(5)	-	-	(5)	(191)
Total	(9.994)	(152)	2.436	(7.710)	(40.400)

Valores Referenciais dos Futuros*	Acima de 12			30/06/2017	30/06/2016
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Meses	Total	Total
IND	-	-	-	-	523
DDI	343.362	385.810	96.376	825.548	1.030.022
DI	121.279	83.072	938.439	1.142.790	5.111.482
Dólar	1.496.587	-	-	1.496.587	761.767
Euro	58.727	-	-	58.727	64.143
BGI	-	1.205	-	1.205	-
Total	2.019.955	470.087	1.034.815	3.524.858	6.967.937

* Referem-se aos valores referenciais nas datas de vencimento.

Os ajustes líquidos a pagar ou a receber referentes a contratos nos mercados futuros de DDI, DI, BGI, Euro, dólar, cupom de dólar e índice de Ibovespa em D+1, no montante de R\$ 711 passivos (30/06/2016 - R\$ 641 Ativos), foram registrados na rubrica de "Negociação e Intermediação de Valores".

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos efetuados junto à B3, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no montante de R\$ 180.683 (30/06/2016 - R\$ 213.487) este representado por LTN R\$ 176.223, e LFT R\$ 4.460.

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados na B3.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.3) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	Receita	Despesa	01/01 a	
			30/06/2017	30/06/2016
			Resultado	Resultado
NDF	82.545	(152.557)	(70.012)	127.829
"Swap"	8.619	(1.577)	7.042	(73.770)
Opções	318	-	318	-
Derivativos de Crédito	198	(238)	(40)	-
DI	94.808	(6.527)	88.281	(19.019)
DDI	40.734	(28.430)	12.304	240.482
BGI	176	(19)	157	(1.332)
Moedas	76.324	(4.504)	71.820	(178.424)
Índice	2.425	(5.563)	(3.138)	(29)
Euro	690	-	690	-
Dólar	-	(934)	(934)	(8.088)
Outros Futuros	-	(493)	(493)	-
COE - Operações estruturadas	-	-	-	(2)
Total	306.837	(200.842)	105.995	87.647

b.4) Hedge de Fluxo de Caixa

O Conglomerado utiliza instrumentos derivativos na gestão de seus riscos em investimentos no exterior da agência Cayman, cuja moeda de suas operações está em dólar. O instrumento derivativo utilizado é feito na forma de *hedge* de fluxo de caixa.

O Conglomerado documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*. O Conglomerado também documenta, mediante elaboração de teste de efetividade, sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados são eficazes.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Em 30 de junho de 2017 o impacto no resultado do componente inefetivo foi no valor de R\$ 413, contabilizado na rubrica de Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos.

8. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica "Relações interfinanceiras" no montante de R\$ 2.015 ativa (30/06/2016 - R\$ 267 ativa) é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

9. Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa

a) Carteira de Créditos - Composição por Produto

	30/06/2017	30/06/2016
Empréstimos e Títulos Descontados	1.224.903	1.400.394
Empréstimos	1.053.363	1.291.561
Cédula de Produto Rural (CPR) ⁽¹⁾	223.415	391.586
Capital de Giro	673.342	783.928
Conta Corrente Garantida	29.853	104.930
Empréstimo Consignado	1.137	4.871
Cheque Especial	29.092	3.793
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	24	71
Crédito Pessoal	15.041	-
Empréstimo rotativo	13.844	1.670
Outros empréstimos	67.615	712
Títulos Descontados	171.540	108.833
Financiamentos	605.750	867.067
Cédula de Crédito à Exportação (CCE) ⁽²⁾	605.750	867.067
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	50.524	39.586
Financiamentos Imobiliários	77.054	91.321
Adiantamentos de contratos de câmbio (Nota 10.a)	56.376	76.595
Direitos Creditórios (Nota 10.e)	1.649.962	1.759.147
Outros créditos (Nota 10.d)	6.300	9.301
Sub-Total	3.670.869	4.243.411
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(141.361)	(84.234)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 9. e.1)	(33.205)	(15.796)
Total	3.496.303	4.143.381
Circulante	3.016.211	3.455.509
Longo Prazo	480.092	687.872

(1) Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente, o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

(2) Título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituída.

b) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	Parcelas a Vencer até 12 Meses e			30/06/2017	30/06/2016
	Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias	Total	Total
Setor Privado					
Rural	61.077	609.847	219.969	890.893	1.179.141
Indústria	27.014	485.055	339.853	851.922	1.021.665
Outros Serviços	25.875	1.508.480	155.474	1.689.829	2.006.845
Pessoas Físicas	64.291	161.181	7.418	232.890	33.945
Financeiro	-	5.335	-	5.335	1.815
Total	178.257	2.769.898	722.714	3.670.869	4.243.411

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Concentração de Crédito

	30/06/2017				30/06/2016	
	Valor	% da Carteira	Provisões	% das Provisões	Valor	% da Carteira
10 Maiores Devedores	806.679	22%	3.822	2%	972.154	22%
50 Maiores Devedores Seguintes	997.288	27%	57.276	33%	1.209.641	29%
100 Maiores Devedores Seguintes	502.596	14%	29.624	17%	665.238	16%
Demais Devedores Seguintes	1.364.306	37%	83.844	48%	1.396.378	33%
Total	3.670.869	100%	174.566	100%	4.243.411	100%

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

A abertura da posição "Curso Normal" e "Curso Anormal" refere-se aos contratos vigentes em 30 de junho de 2017. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de "rating" e os percentuais estipulados na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nível de Risco	30/06/2017				
	Carteira de Créditos			Provisão	
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal ⁽¹⁾	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida
AA	-	762.733	-	762.733	-
A	0,5%	1.718.186	90	1.718.276	8.590
B	1%	441.631	40.292	481.923	4.819
C	3%	294.721	69.771	364.492	10.935
D	10%	104.293	14.338	118.631	11.863
E	30%	16.734	31.265	47.999	14.400
F	50%	9.531	48.501	58.032	29.016
G	70%	27.872	51.593	79.465	55.626
H	100%	1.646	37.672	39.318	39.318
Total		3.377.347	293.522	3.670.869	174.567

Nível de Risco	30/06/2016				
	Carteira de Créditos			Provisão	
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal ⁽¹⁾	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida
AA	-	707.246	-	707.246	-
A	0,5%	2.042.580	-	2.042.580	10.212
B	1%	777.903	39.259	817.162	8.171
C	3%	262.889	76.998	339.887	10.197
D	10%	127.104	73.687	200.791	20.079
E	30%	73.519	40.689	114.208	34.262
F	50%	1.587	5.908	7.495	3.748
G	70%	987	1.283	2.270	1.589
H	100%	3.553	8.219	11.772	11.772
Total		3.997.368	246.043	4.243.411	100.030

(1) Curso normal refere-se a contratos vencidos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal a contratos vencidos e vencidos a partir de 15 dias.

e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Carteira de Crédito

	30/06/2017	30/06/2016
Saldo Inicial	233.295	128.616
Constituição Líquida de Reversão	(25.911)	24.697
Baixa para Prejuízo	(66.023)	(69.079)
Saldo Final	141.361	84.234
Circulante	(91.603)	(50.268)
Longo Prazo	(49.758)	(33.966)
Créditos Recuperados ⁽¹⁾	51.220	52.111

(1) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica de "Operações de crédito".

e.1) Movimentação de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - Outros Créditos

	30/06/2017	30/06/2016
Saldo Inicial	25.334	10.621
Constituição Líquida de Reversão	7.871	5.175
Saldo Final (Nota 9.a)	33.205	15.796
Circulante	(33.189)	(15.765)
Longo Prazo	(16)	(31)

No primeiro semestre de 2017 os créditos renegociados são de R\$ 363.772 (30/06/2016 - R\$ 250.213) e a Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa constituída para esses contratos é de R\$ 37.014 (30/06/2016 - R\$ 34.134), relativos às operações vencidas e repactuadas. O saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. O gerenciamento de risco de crédito está descrito na Nota 30.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

f) Cessão de Crédito

Com Transferência Substancial de Risco

Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios foram baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecido na data da cessão. A venda da carteira no primeiro semestre de 2017 foi efetuada no valor de R\$ 478.048 conforme segue:

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Valor da venda carteira ativa ⁽¹⁾	430.907	25.798
Valor da venda carteira baixada para prejuízo ⁽²⁾	47.141	44.202
Valor da Venda ⁽³⁾	478.048	70.000

(1) Não houve lucro na cessão a venda foi realizada pelo valor contábil da carteira e neste montante não está refletida a eventual reversão da provisão para crédito de liquidação duvidosa no montante de R\$ 335.482.

(2) O montante de R\$ 47.141 foi considerado como recuperação de créditos baixados para prejuízo.

(3) O montante da cessão foi integralmente com partes relacionadas Nota 21.d.

g) Resultado de Operações de Crédito

	<u>01/01 a 30/06/2017</u>	<u>01/01 a 30/06/2016</u>
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	795	438
Rendas de Empréstimos	291.391	147.041
Rendas de Títulos Descontados	14.002	38.183
Rendas de Financiamentos	66.841	71.104
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo ⁽¹⁾ (Nota 9.e)	51.220	52.111
Despesas com Cessão de Crédito com Coobrigação	-	(128)
Perdas com créditos incobráveis	(621)	(1.921)
Outras Receitas de Operação de Crédito	504	264
Total	424.132	307.092

(1) No primeiro semestre de 2017 o montante de R\$ 47.141 (2016 - R\$ 44.202) refere-se a recuperação de créditos baixados para prejuízo pela cessão de carteira.

10. Outros Créditos

a) Carteira de Câmbio

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Ativo		
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	-	(32)
Direitos sobre Venda de Câmbio	457	7.228
Câmbio Comprado a Liquidar	59.844	86.916
Rendas A Receber De Adiantamentos Concedidos ⁽¹⁾	1.217	1.090
Total	61.518	95.202
Circulante	61.518	95.202
Longo Prazo	-	-
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	(457)	(7.113)
Obrigações por Compra de Câmbio	(57.806)	(95.627)
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio ⁽¹⁾	55.159	75.505
Total	(3.104)	(27.235)
Circulante	(3.104)	(27.235)
Longo Prazo	-	-

(1) Os valores de Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos no valor de R\$ 1.217 (30/06/2016 - R\$ 1.090) e de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio de R\$ 55.159 (30/06/2016 - R\$ 75.505) compoem o saldo de R\$ 56.736 (30/06/2016 - R\$ 76.594) divulgado na nota 9.a.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.1) Resultado de Operações de Câmbio

	30/06/2017	30/06/2016
Rendas de câmbio	38.324	92.931
Despesas de câmbio	(36.394)	(98.666)
Total	1.930	(5.735)

b) Créditos Tributários

	30/06/2017	30/06/2016
Créditos Fiscais Diferidos	274.367	240.428
Saldo Inicial	186.749	137.933
Constituições	(185.696)	(115.875)
Reversões	275.420	262.486
Saldo Final	15.183	4.187
Débitos Fiscais Diferidos	15.183	4.187
Saldo Inicial	19.150	3.306
Constituições	(34.117)	(4.187)
Reversões	216	3.306
Saldo Final	216	3.306

b.1) Ativo Fiscal Diferido

Em 30 de junho de 2017 e de 2016, os valores diferidos foram calculados, sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis (Alíquotas IRPJ 25% e CSLL 20% até dezembro de 2018).

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos – Diversos" e "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	30/06/2017	30/06/2016
Prejuízo Fiscal	280.938	306.476
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	70.235	76.619
Base Negativa de Contribuição Social	285.301	309.929
Crédito de CSLL sobre Base Negativa - 20% ⁽¹⁾	57.060	61.986
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	161.029	86.266
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	33.162	15.796
Provisão para Contingências Trabalhistas	20.793	19.984
Provisão para Contingências Cíveis	19.098	26.090
Provisão para Despesas Administrativas	26.892	27.535
Provisão PLR - Administradores	6.122	11.126
Provisão para Perda no Valor Recuperável dos Bens não de Uso	5.990	18.623
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	17.348	937
PIS/COFINS diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	(1.169)	(102)
Ajustes Futuro - DI e DDI	5.873	535
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(273)	(25)
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	7.794	1.260
Perdas em Operações de Crédito	20.230	66.210
Outras Diferenças Temporárias	3.073	692
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	325.962	274.927
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	325.962	274.927
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	81.490	68.732
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20% ⁽¹⁾	65.192	54.985
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Derivativos	7.794	1.260
Ajustes Futuro - DI e DDI	5.873	535
Ajuste títulos de outros países	-	826
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	17.348	937
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	31.015	3.558
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Crédito de PIS e COFINS Diferidos	1.442	165
Total do Ativo Fiscal Diferido	275.420	262.487
Circulante	48.408	22.762
Longo Prazo	227.012	239.725

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2015, a alíquota era de 15% com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei nº 13.169 de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos a CSLL foram majorados para refletir a alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.2) Passivo Fiscal Diferido

	30/06/2017	30/06/2016
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	-	6.953
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	454	-
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	(21)	-
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	-
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	-	(323)
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	433	6.631
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	108	1.658
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20%	87	1.326
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	454	6.954
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	-	-
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	-
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	454	6.954
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e COFINS Diferidos	21	323
Total do Passivo Fiscal Diferido	216	3.307
Circulante	216	3.307
Longo Prazo	-	-

b.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	30/06/2017			30/06/2016		
	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2016			-	22.762	3.307	19.455
2017	48.282	216	48.066	94.441	-	94.441
2018	76.566	-	76.566	92.418	-	92.418
2019	27.518	-	27.518	48.111	-	48.111
2020	18.830	-	18.830	1.996	-	1.996
A partir de 2021	104.224	-	104.224	2.759	-	2.759
Total	275.420	216	275.204	262.487	3.307	259.180

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente do ativo fiscal diferido em 30 de junho de 2017, considerando a taxa de captação projetada para os períodos é de R\$ 223.211 (30/06/2016 - R\$ 218.106).

d) Outros Créditos Diversos

	30/06/2017	30/06/2016
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	6.965	9.137
Devedores por Depósitos em Garantia	14.399	12.470
Para Interposição de Recursos Fiscais	-	1.933
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 18.b.1)	6.509	3.978
Para Interposição de Recursos Cíveis (Nota 18.b.2)	7.890	6.559
Adiantamentos Salariais/Outros	5.669	7.156
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 9.a)	6.300	9.300
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 21.d)	58.154	-
Valores a receber venda da marca (Nota 31.d)	360.407	-
Outros	48.075	27.859
Total	499.969	65.922
Circulante	176.846	59.722
Longo Prazo	323.123	6.200

e) Direitos Creditórios

	30/06/2017	30/06/2016
Direitos Creditórios (Nota 9.a) ⁽¹⁾	1.649.962	1.759.147
Total	1.649.962	1.759.147
Circulante	1.460.197	1.578.274
Longo Prazo	189.765	180.873

(1) Na rubrica "Direitos creditórios", que se refere à compra de direitos de recebíveis, a valores de mercado, com transferência definitiva dos riscos e benefícios, da cadeia produtiva da J&F (Partes Relacionadas).

11. Outros Valores e Bens

	30/06/2017	30/06/2016
Bens não de Uso - Imóveis	70.742	72.602
(Provisão para Desvalorização)	(5.990)	(5.883)
Despesas Antecipadas	15.519	68.891
Total	80.271	135.610
Circulante	15.519	68.891
Longo Prazo	64.752	66.719

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

12. Participações em Coligadas e Controladas

Investimentos	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas		Participação
	Direta ou Indiretamente (Mil)		
Controladas do Conglomerado	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	
Original App Ltda.	Desenvolvimento de aplicativos/Teleatendimento/Prestação de serviços de crédito	3.449.655	99,99%
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	Investimento	99.999	99,99%
Original Asset Management Ltda.	Administração de Carteira/ Fundos	2.000.000	99,99%
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros	1.448.550	99,90%

Controladas do Conglomerado	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido/ (Prejuízo)	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
	30/06/2017	01/01 a 30/06/2017	30/06/2017	30/06/2016	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Original App Ltda.	2.438	(430)	2.438	3.209	(430)	(204)
Original Investimentos Imobiliários Ltda. ⁽¹⁾	-	-	100	100	-	-
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	1.075	(638)	1.074	880	(637)	(240)
Original Asset Management Ltda. ⁽³⁾	2.545	1.428	2.545	60.320	1.428	1.300
Total	6.058	360	6.157	64.509	361	856

(1) Em fase pré operacional com capital a integralizar.

(2) O investimento foi aliado para empresa ligada em dezembro de 2016 pelo valor contábil não gerando resultado de alienação

(3) Em 5 de maio de 2017 o capital social da Original Asset Management foi reduzido em R\$ 61.119 por ser considerado excessivo. O novo capital social passou a ser de R\$ 2.000, com o consequente cancelamento de R\$ 61.119 quotas.

13. Imobilizado de Uso

a) Valor residual imobilizado de uso

Outras Imobilizações de Uso	Custo	Depreciação	30/06/2017	30/06/2016
			Residual	Residual
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	35.663	(6.024)	29.639	19.865
Imóveis de Terceiros	-	-	-	11.240
Sistemas de Processamento de Dados	58.962	(13.679)	45.283	619.056
Sistemas de Segurança e Comunicações	803	(470)	333	377
Outros	148	(148)	-	10
Total	95.576	(20.321)	75.255	650.548

b) Movimentação imobilizado de uso

Outras Imobilizações de Uso	Saldo inicial 31.12.2016	Aquisição/ Baixas	Transferência ⁽¹⁾	Depreciação	Saldo Final 30/06/2017
	Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	30.528	4.750	-	(5.639)
Sistemas de Processamento de Dados	663.684	(19.187)	(598.695)	(519)	45.283
Sistemas de Segurança e Comunicações	412	(45)	-	(34)	333
Outros	63	50	-	(113)	-
Total	694.687	(14.432)	(598.695)	(6.305)	75.255

(1) O Banco adotou os procedimentos contábeis da Resolução nº 4.534 e reclassificou o montante de R\$ 598.695 referente a softwares adquiridos no mercado ou desenvolvidos internamente para o grupo de intangível.

14. Intangível

a) Valor residual

Gastos com Desenvolvimento	Custo	Amortização	30/06/2017	30/06/2016
			Líquido	Líquido
Ágio de Incorporação	766.830	(85.655)	681.175	48.572
Amortização	-	-	-	6.282
Total	766.830	(85.655)	681.175	54.813

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Movimentação do Intangível

	Saldo inicial 31.12.2016	Aquisição	Transferência ⁽¹⁾	Amortização	Saldo Final 30/06/2017
Gastos com Desenvolvimento	39.642	84.997	598.655	(42.120)	681.174
Total	39.642	84.997	598.655	(42.120)	681.174

(1) O Banco adotou os procedimentos contábeis da Resolução nº 4.534 e reclassificou o montante de R\$ 598.695 referente a softwares adquiridos no mercado ou desenvolvidos internamente para o grupo de intangível.

15. Captação de Recursos e Obrigações por Repasses

a) Depósitos

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2017	30/06/2016
					Total	Total
Depósitos à Vista	108.600	-	-	-	108.600	54.845
Depósitos Interfinanceiros	-	65.987	91.657	-	157.644	2.035
Depósitos a Prazo - CDB e RDB ⁽¹⁾	-	322.921	703.988	1.723.458	2.750.367	2.013.876
Total	108.600	388.908	795.645	1.723.458	3.016.611	2.070.756
Circulante					1.293.153	879.458
Longo Prazo					1.723.458	1.191.298

(1) Os Depósitos a Prazo possuem cláusula de resgate antecipado.

Em 30 de junho de 2017 os Depósitos a Prazo estão compostos por CDB no montante de R\$ 2.595.127 (30/06/2016 - R\$ 1.891.383), RDB de R\$ 155.240 (30/06/2016 - R\$ 116.570). Em 30 de junho não existe posição em DPGE (30/06/2016 - R\$ 5.922).

O Conglomerado realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB) com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 90% e 129,50% do CDI, (30/06/2016 - 92% e 129,50% do CDI); e para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 8,70% a.a. e 19,19 % a.a. (30/06/2016 - 12,48% a.a. e 19,60% a.a.). Para operações de RDB com taxas pós-fixadas praticadas entre 101,5% e 106% do CDI (30/06/2016 - 108% do CDI).

a.1) Despesa de Captação no Mercado

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
	Depósitos Interfinanceiros	(8.631)
Depósitos a Prazo - CDB, RDB e DPGE	(184.048)	(121.263)
Captação no Mercado Aberto	(3.784)	(746)
Despesas de Letras Financeiras	(12.787)	(10.923)
Despesa de Letras Imobiliárias	(52.644)	(24.000)
Despesas Letras de crédito do Agronegócio	(49.198)	(115.187)
Despesas de contribuição ao fundo garantidor de crédito - FGC	(3.734)	(3.330)
Despesa de Operação estruturada- COE	(122)	(38)
Total	(314.948)	(275.882)

b) Captações no Mercado Aberto

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2017	30/06/2016
	Total	Total	Total	Total	Total
Carteira Própria	401.290	-	-	401.290	50.001
Títulos Públicos - LTN	280.125	-	-	280.125	50.001
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	119.873	-	-	119.873	-
Outros	1.292	-	-	1.292	-
Total	401.290	-	-	401.290	50.001
Circulante				401.290	50.001
Longo Prazo				-	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

				30/06/2017	30/06/2016
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares					
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	237.581	393.889	159.338	790.808	1.710.560
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	534.370	179.715	209.341	923.426	431.106
Letras Financeiras - LF	35.869	28.027	81.828	145.724	171.193
COE (Certificados de operações estruturadas)	-	1.265	-	1.265	3.029
Total	807.820	602.896	450.507	1.861.223	2.315.888
Circulante				1.410.716	1.768.989
Longo Prazo				450.507	546.899

O Conglomerado realiza operações LCA, com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 85% e 104% do CDI (30/06/2016 - 80% e 104% do CDI). Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 7,91% a.a. e 16,62% (30/06/2016 - 9,10% a.a. e 17% a.a.). Para LCI com taxas praticadas em operações pós-fixadas no montante de 84% a 102% do CDI (30/06/2016 - 87% e 103%). Para LF com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 112% a 120% do CDI (30/06/2016 - 115% a 120,97%) ou 107,5% a 108,5% do IPCA (30/06/2016 - 107,5% a 108,5%).

d) Relações Interdependências

Refere-se ao registro das ordens de pagamento em moeda estrangeiras provenientes do exterior, basicamente, operações de câmbio, a serem cumpridas no País por seu contra valor em moeda nacional no montante de R\$ 3.070 passivo (2016 - R\$ 6.569)

e) Obrigações por Repasses do País

O Conglomerado possui operações de linhas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeteira (Funcafé) destinada a cafeicultores, suas cooperativas e as agroindústrias, para utilização em custeio, colheita, estocagem e aquisição de café.

				30/06/2017	30/06/2016
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Funcafé - FAC	3.167	25.440	-	28.607	17.104
Funcafé - Estocagem	10.395	7.283	-	17.678	12.051
Funcafé - Capital de Giro	2.782	-	-	2.782	9.190
Total	16.344	32.723	-	49.067	38.345
Circulante				49.067	35.721
Longo Prazo				-	2.624

As taxas e prazos estão em conformidade com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

f) Despesa de Empréstimos e Repasses

	30/06/2017	30/06/2016
Despesas De Empréstimos No Exterior	3.508	22.978
Despesas De Obrigações Com Banqueiros No Exterior	(1.298)	-
Despesas De Repasses - Outras Instituições Oficiais	(2.141)	(1.437)
	69	21.541

16. Obrigações por empréstimos

a) Obrigações em moeda estrangeira

				30/06/2017	30/06/2016
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Obrigações em moedas estrangeiras	13.141	36.558	-	49.699	50.757
Obrigações para empréstimos no exterior	-	-	-	-	299.767
Total	13.141	36.558	-	49.699	350.524
Circulante				49.699	350.524
Longo Prazo				-	-

O Banco Original realiza operações com moedas estrangeiras com taxas praticadas de 2,43% a.a. a 4,50% a.a.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

17. Outras Obrigações

a) Fiscais e Previdenciárias

	30/06/2017	30/06/2016
Impostos e Contribuições a Recolher	13.261	12.591
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	1.000	1.173
Impostos e Contribuições sobre Salários	7.564	7.307
I.R.R.F. a recolher s/ Juros Capital Próprio	690	-
I.R. - s/ operações de renda fixa	757	2.177
I.R. - s/ operações de renda variável	-	1
IOF - Capital de Giro	109	362
Outros	3.141	1.571
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	-	4.981
Provisão para Imposto de Renda	-	2.753
Provisão para Contribuição Social	-	2.228
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 10.b.2)	215	3.306
Total	13.476	20.878
Circulante	13.476	20.878
Longo Prazo	-	-

b) Outras Obrigações - Diversas

	30/06/2017	30/06/2016
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 18.b.1)	23.538	19.993
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 18.b.2)	19.098	26.089
Provisão para Pagamentos a Efetuar	70.041	68.947
Despesas de Pessoal	59.718	66.252
Outras Despesas Administrativas	5.398	440
Outros Pagamentos	4.925	2.255
Recebimentos a Ressarcir Demais Convênios ⁽¹⁾	13.817	15.132
Contas a Pagar de Uso, Consumo e Prestação de Serviços	384	312
Cessões de Crédito a Liquidar ⁽²⁾	232	837
Subscrições de Capital a Integralizar	100	100
Credores Diversos - Exterior/Pais ⁽³⁾	147.637	47.142
Adtos, Comissões, Antecipações a Correspondentes	344	774
Provisão para Fianças	782	282
Outros	11	120
Total	275.984	179.728
Circulante	229.348	133.646
Longo Prazo	46.636	46.082

(1) Valores a pagar para correspondentes bancários.

(2) Refere-se a parcelas de operações de crédito recebidas antecipadamente, relativas a operações de crédito cedidas a outras instituições financeiras (com coobrigação) e a Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (sem coobrigação), a serem repassadas para essas instituições nas respectivas datas estabelecidas nos contratos de cessão.

(3) Refere-se principalmente ao registro de boletos emitidos pelo Banco Original no qual são pagos em outros bancos em D+1. A contra parte deste valor encontra-se na rubrica Outras créditos diversas nota 10.d.

18. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões

a) Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

b) Provisões e Passivos Contingentes

b.1) Provisão para Processos Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas. A movimentação das provisões está representada conforme segue:

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
	Trabalhistas	Trabalhistas
Saldo Inicial	22.894	20.715
Constituição	2.561	5.382
Atualização	1.308	875
Reversão	(3.225)	(6.979)
Saldo Final	23.538	19.993

Para os processos trabalhistas, foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 6.509 (30/06/2016 - R\$ 3.978).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.2) Provisão para Processos Cíveis

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos.

O Conglomerado contabiliza as provisões para as ações de perda provável de acordo com o prognóstico dos advogados. A movimentação das provisões está representada conforme segue:

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
	Cíveis	Cíveis
Saldo Inicial	20.689	33.759
Constituição	2.330	-
Atualização	217	676
Reversão	(4.138)	(8.346)
Saldo Final	19.098	26.089

Para esses processos foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 7.890 (30/06/2016 - R\$ 6.557).

b.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos de natureza trabalhista ou cível classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Em 30 de junho de 2017 e 2016 o Banco possuía o seguintes montantes de passivos contingentes classificados como possíveis:

	30/06/2017	30/06/2016
Processos Trabalhistas	17.856	2.101
Processos Cíveis	31.128	30.977
Total	48.984	33.078

19. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Banco Original S.A.:

Em 30 de junho de 2017, o capital social de R\$2.130.001 (30/06/2016 - R\$ 2.130.001) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	30/06/2017			30/06/2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	2.053.912	76.088	2.130.001	2.053.913	76.088	2.130.001
Total	2.053.912	76.088	2.130.001	2.053.913	76.088	2.130.001

Banco Original do Agronegócio S.A.:

Em 30 de junho de 2017, o capital social de R\$ 109.123 (30/06/2016 - R\$109.123) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	30/06/2017		30/06/2016	
	Ordinárias R\$	Total	Ordinárias R\$	Total R\$
De Domiciliados no País	109.123	109.123	109.123	109.123
Total	109.123	109.123	109.123	109.123

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por LTN, NTN e ações cujo montante da instituição líder é de R\$ (12.068), (30/06/2016 - R\$ (9.836)). Em 30 de junho de 2017 o saldo de ajuste de Avaliação patrimonial da instituição líder atingiu R\$ (8.514) (2016- (1.140)).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Patrimônio Líquido Minoritário

O valor do Patrimônio Líquido da Instituição minoritária atingiu o montante de R\$ 124.243 (2016 - R\$ 128.429)

20. Limites Operacionais

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita, frente a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções 4.192 e 4.193 de 2013 definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nestas resoluções foram instituídos os conceitos de Patrimônio de Referência (PR Nível I e Nível II) e Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O cálculo dos Ativos Ponderados ao Risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Consequentemente, o Índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pela Instituição.

No quadro abaixo destaca-se a abertura do Índice de Basileia, calculado com base nas Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, nos termos da Resolução 4.280, substituindo o conceito de Conglomerado Financeiro.

	30/06/2017	30/06/2016
Patrimônio de Referência Nível I	1.297.005	2.069.922
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	1.297.005	2.069.922
RWA (Patrimônio de Referência Exigido)	6.694.351	8.754.358
RWA _{CRAD} (Parcela de Risco de Crédito)	359.539	5.933.354
RWA _{MRAD} (Parcelas de Risco de Mercado)	620.293	2.269.846
RWA _{ORAD} (Parcela de Risco Operacional)	5.714.519	551.158
Índice de Basileia III e II ^(f)	19,4%	23,6%

(f) Para fins de apuração do índice de Basileia, o conglomerado de forma conservadora, e em linha com os conceitos de Basileia de uma gestão prudencial, está excluindo o impacto da venda da marca no apuração do Nível I e a Exposição de RWA, a fim de demonstrar a não atenuação dos negócios até que haja o efetivo recebimento das parcelas em aberto pela venda da marca. O índice de Basileia não excluiu os impactos mencionados e de 23,4%.

Em 2017 e 2016 o Conglomerado Original mostrou-se enquadrado no limite de Capital Regulatório, de 10,5%, e com Patrimônio de Referência compatível com o nível de risco da Instituição.

O Conglomerado divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.original.com.br.

Adicional ao Índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em junho de 2017 e 2016, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

21. Partes Relacionadas

a) Remuneração dos Administradores

Os benefícios de curto prazo recebidos pela administração foram no montante de R\$ 24.031 (R\$ 13.901 - 2016).

Os benefícios de rescisão e contrato de trabalho que consiste na utilização do plano de saúde por 2 a 9 meses após o desligamento montam R\$ 53 (R\$ 0 - 2016).

O Banco não remunera seus administradores com benefícios pós emprego, benefícios de longo prazo e pagamento baseado em ações.

b) Plano de Saúde - Benefícios pós emprego

O Conglomerado é o principal patrocinador do Plano de Saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrados pelo Bradesco Saúde cujo objetivo é a manutenção de planos de saúde, programas de assistência a saúde, campanhas de prevenção à doenças e a promoção do bem-estar de seus beneficiários por meio de convênios. Os funcionários demitidos continuarão contando com o plano de saúde durante 6 meses após seu desligamento. O montante custeado para os demitidos até 30 de junho de 2017 é de R\$ 317 (30/06/2016 - R\$ 97).

c) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 30 de junho de 2017 e 2016:

	30/06/2017				30/06/2016	
	Ações Ordinárias		Ações Preferências		Total	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Banco Original S.A	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
Acionistas						
J&F Participações Ltda. (J&F) ^(f)	518.913.037	100%	18.913.036	100%	518.913.037	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	518.913.037	100%

(f) É uma empresa de investimentos (Holding).

Banco Original do Agronegócio S.A

Acionistas

J&F Participações Ltda. (J&F)

Pessoas Físicas (PF)

Total

	30/06/2017				30/06/2016	
	Ações Ordinárias		Ações Preferências		Total	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Banco Original do Agronegócio S.A	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
Acionistas						
J&F Participações Ltda. (J&F)	99.000.000	99%	99.000.000	99%	99.000.000	99%
Pessoas Físicas (PF)	1.000.000	1%	1.000.000	1%	1.000.000	1%
Total	100.000.000	100%	100.000.000	100%	100.000.000	100%

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. As cessões de crédito ocorridas com partes relacionadas foram efetuadas a valor contábil. Em 30 de junho de 2017 e 2016, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2017	30/06/2016	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Ações	264.462	54.355	(26.292)	(14.543)
JBS S.A. (JBS)	264.462	54.355	(26.292)	(14.543)
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	360.407	-	-	-
Original Asset Management Ltda	58.208	-	-	-
J&F Investimentos S.A. (Nota 31.d)	360.407	-	21.951	-
Depósito a Vista	(3.153)	(4.383)	-	-
JBS S.A. (JBS)	(12)	(175)	-	-
JBS Holding Internacional S.A.	(29)	(29)	-	-
J&F Floresta Agropecuária	(2)	(2)	-	-
Original APP Ltda.	-	(1)	-	-
Original Asset Management Ltda	(26)	(5)	-	-
Original Corporate Corretora Ltda	(1)	-	-	-
Seara Alimentos Ltda	(1.431)	(2.053)	-	-
Vigor Alimentos S.A	(342)	(191)	-	-
J&F Participações Ltda.	(2)	(51)	-	-
J&F Investimentos S.A.	(6)	(12)	-	-
JBS Promotora	(65)	(27)	-	-
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(285)	(1.527)	-	-
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp. S.A.	(951)	(273)	-	-
Eldorado Brasil Celulose S.A	(1)	(12)	-	-
Picpay Serviços Ltda ME	-	(25)	-	-
Depósito a Prazo	(273.395)	(205.514)	(13.382)	(9.537)
Original APP Ltda.	(2.362)	(2.897)	(135)	(65)
J&F Investimentos S.A.	(14.065)	(29)	(8)	-
J&F Participações Ltda.	(27.011)	(26.918)	(1.742)	(1.891)
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp. S.A.	(4.831)	(4.396)	(493)	(956)
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(6.324)	(6.595)	(646)	(1.435)
JBS S.A.	(65.738)	(64.350)	(4.268)	(162)
Seara Alimentos Ltda	(63.858)	(33.070)	(3.497)	(70)
Vigor Alimentos S.A	(28.311)	(23.115)	(1.469)	(3.669)
Original Asset Management Ltda	(60.466)	(17.741)	(1.096)	(623)
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda	(429)	(205)	(28)	(19)
JBS Promotora	-	(6.129)	-	(638)
Outros ⁽¹⁾	-	(69)	-	(9)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	-	-
Original Asset Management Ltda	-	-	-	-
JCP a Pagar	(4.451)	-	(4.451)	-
J&F Participações Ltda. ⁽²⁾	(4.451)	-	(4.451)	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(205)	-	(1.881)	-
J&F Investimentos S.A. ⁽³⁾	(205)	-	(1.881)	-
Picpay Serviços Ltda ME	-	-	-	-

(1) Pessoas Físicas Ligadas

(2) Juros sobre capital próprio a pagar para o acionista R\$ 3.870 e imposto de renda retido de R\$ 581.

(3) Em 22 de dezembro o Conglomerado firmou contrato com a J&F Investimentos S.A. para adquirir serviços de consultoria de inteligência e marketing, para promoção e divulgação de suas atividades, visando sua consolidação e expansão perante seu público. O valor estabelecido para pagamento dos serviços está baseado em indicadores de performance do Conglomerado.

Demais transações

Cessão de Crédito : Foi feita cessão de carteira de crédito com transferência substancial de riscos e benefícios, para empresas ligadas, no montante de R\$ 478.048. (Nota 9.f). O montante de R\$ 245.098 foi recebido em ações da JBS, classificadas no ativo como títulos disponíveis para venda e o montante de R\$ 232.950 foi recebido em caixa.

Direitos Creditórios : Foi feita a aquisição de direitos de recebíveis decorrente de vendas mercantis, a valor de mercado, no montante de R\$ 1.649.962 (30.06.2016- R\$ 1.759.147), da cadeia produtiva da J&F Investimentos S.A. (Nota 10.e)

Prestação de serviços : Em 22 de dezembro o Banco Original firmou contrato com a J&F Investimentos S.A. para adquirir serviços de consultoria de inteligência e marketing, para promoção e divulgação de suas atividades, visando sua consolidação e expansão perante seu público. O valor estabelecido para pagamento dos serviços está baseado em indicadores de performance do Banco. O impacto no resultado no primeiro semestre foi de R\$ 1.881

22. Receitas de Prestação de Serviços

22a - Receita de Prestação de Serviços

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Cobrança e Arrecadações	2.278	1.994
Prestação de Serviços de Assessoria Financeira	9.032	5.682
Serviço de recebimento e envio de valores	1.597	2.980
Outras	-	1.094
Total	12.907	11.750

22b - Tarifas

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Tarifas e serviços bancários	1.608	16
Total	1.608	16

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

23. Despesas de Pessoal

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Remuneração	(106.452)	(61.029)
Encargos	(33.185)	(19.024)
Benefícios	(17.694)	(7.942)
Outras	(210)	(654)
Total	(157.541)	(88.649)

24. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(24.256)	(25.380)
Depreciações e Amortizações	(48.222)	(10.767)
Propaganda e Publicidade ⁽¹⁾	(4.227)	(29.388)
Comunicações	(1.052)	(782)
Processamento de Dados	(50.052)	(22.250)
Aluguéis	(5.033)	(5.242)
Transportes e Viagens	(2.456)	(3.493)
Serviços de Vigilância e Segurança	(1.827)	(1.610)
Manutenção e Conservação de Bens	(1.581)	(2.003)
Serviços do Sistema Financeiro ⁽²⁾	(27.647)	(6.610)
Água, Energia e Gás	(800)	(814)
Material	(518)	(909)
Despesas Legais e Jurídicas	-	(1.372)
Despesas com registros de títulos e documentos	-	(1.017)
Indenizações Judiciais diversas	-	(507)
Outras despesas administrativas	(11.980)	(4.451)
Total	(179.651)	(116.595)

(1) Inclui Publicações das Demonstrações Financeiras.

(2) Refere-se principalmente a despesas com corretagens e de emissões de cartão de crédito

25. Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Despesa com COFINS	(11.148)	(8.324)
Despesa com ISS	(932)	(731)
Despesa com PIS/Pasep	(1.812)	(1.352)
IOF	(64)	(12)
Outras	(1.921)	(713)
Total	(15.877)	(11.132)

26. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Atualização de Depósitos Judiciais	505	194
Atualização de Impostos a Compensar	111	2.617
Recuperação de Encargos e Despesas	1.538	664
Reversão de Provisões Operacionais	-	566
Reversão de Provisões Trabalhistas	-	722
Reversão de Provisões Cíveis	1.591	7.669
Outras Reversões	298	-
Rendas de Garantias Prestadas	3.930	2.361
Crédito Fiscal ⁽¹⁾	-	21.167
Receita de Atualização Monetária (Nota 31.d)	21.951	-
Outras Receitas	54	313
Total	29.978	36.273

(1) Trata-se da exclusão referente ao valor aprovado do "Incentivo Tecnológico de 2014 (Lei do BEM)."

27. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Provisões Operacionais	(541)	-
Trabalhistas	(541)	-
Indenizações Trabalhistas	(350)	(1.635)
Outras	(1.180)	(2.221)
Total	(2.071)	(3.856)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

28. Resultado não Operacional

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Prejuízo na Alienação de Valores e Bens	(461)	(248)
Ganhos/Perdas de Capital	-	(317)
Total	(461)	(565)

29. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

Em 30 de junho de 2017 e 2016, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos – Diversos" e "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Deduzido as Participações no Resultado e JCP	(4.598)	1.463
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(3.018)	(321)
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	668	(40.667)
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	1.598	(40.656)
Base de cálculo - CSLL	(6.947)	(39.524)
Base de cálculo - IRPJ	(6.017)	(39.514)
CSLL - 20%	1.389	7.905
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	1.504	9.911
Total de imposto de Renda e Contribuição Social	2.894	17.816
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	2.894	17.816

30. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Conglomerado preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo as regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por estas áreas em processos já implantados.

O Conglomerado qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Liquidez: possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gestão de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Conglomerado está sujeita, frente a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

a. Gerenciamento de Riscos Operacionais

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como, a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, além de indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Segundo a Resolução 3.380/06, incluem-se nos eventos de risco operacional: fraudes internas e externas; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da Instituição; danos a ativos físicos próprios ou de uso pela Instituição; aqueles que acarretam interrupção de atividades; falhas em sistemas de tecnologia da informação; e demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

A estrutura de risco operacional do Conglomerado visa identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a Instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos. Esta estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um Plano de Contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o Comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

b. Gerenciamento de Riscos de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Conglomerado. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado segue as melhores práticas de mercado e atendem ainda os requisitos da Resolução 3.464/07 do Conselho Monetário Nacional.

A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas pela Diretoria da instituição e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê de Diretoria.

Os pilares que estruturam a gestão de risco de mercado e de taxa de juros são:

- VaR (Valor em Risco)
- Stress Test
- Stop Loss
- Análise de Sensibilidade

c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez

As diretrizes da Alta Administração para o processo de Risco de Liquidez são norteadas pela Política de Risco de Liquidez que é aprovada e revisada pelo Comitê de Diretoria. Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução 4.090 de 24 de maio de 2012. A definição dos limites, da periodicidade de monitoramento e a revisão das normas são de responsabilidade da Diretoria Executiva de Riscos e aprovadas na alçada do Comitê de Diretoria.

A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da Instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas responsáveis pela gestão de liquidez as informações necessárias para tal.

Estas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Conglomerado, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam estas análises são:

- Fluxo de Caixa
- Teste de Estresse
- Caixa Mínimo

d. Gerenciamento de Riscos de Crédito

Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração da capacidade de pagamento das obrigações creditícias das contrapartes do banco, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, de alterações da conjuntura financeira particular ou inversões de cenários macroeconômicos em sentido amplo ou a desvalorização de instrumentos financeiros e garantias correlatas.

A Diretoria do Conglomerado é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e seus processos de gerenciamento.

A Diretoria Executiva de Riscos cabe propor a Diretoria os limites de apetite a risco de crédito, as formas de mensurá-los, avaliá-los, monitorá-los e reportá-los. Cabe ainda a Diretoria Executiva de Riscos, desenvolver modelos de aprovação de crédito, de mensuração das exposições potenciais, de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para devedores duvidosos da carteira de crédito.

31. Outras Informações

a. Garantias Prestadas

Em 30 de junho de 2017, os avais, fianças e créditos para importação concedidos a terceiros pelo Conglomerado, mediante comissão, montam em R\$ 330.874 (30/06/2016 - R\$ 215.649), que estão sujeitos a encargos financeiros e contra garantias dadas pelos beneficiários. Em 30 de junho de 2017 e 2016 não há saldo de coobrigação em cessões de créditos, pelas taxas das cessões. Para as fianças e avais prestados foi constituída provisão no montante de R\$ 782 (30/06/2016 - R\$ 282).

	30/06/2017	30/06/2017	31/12/2015	31/12/2015
	Valor atualizado	Provisão	Valor atualizado	Provisão
Fiscal	187.069	-	222.514	337
Locação	25.576	127	30.871	193
Confissão de Dívida	37.879	-	-	-
Prest. Serviço	10.618	70	8.348	42
Trabalhista	2.612	-	-	-
Banco (Financiamento)	57.120	535	7.598	76
B3	10.000	50	40.000	200
	330.874	782	309.331	848

b. Seguros

O Conglomerado possui seguro prestamista para cobertura de riscos de morte ou invalidez permanente total por acidentes dos clientes que possuem operações de crédito consignado mediante canal que o Banco mantém com o Ministério do Exército. Em 30 de junho de 2017, a carteira coberta por seguro atinge o montante de R\$ 54 (30/06/2016 - R\$ 322), referente a carteira própria e carteira cedida, e as despesas apropriadas no período atingem o montante de R\$ 11 (30/06/2016 - R\$ 9). A Administração do Banco considera que a cobertura apresenta montante suficiente para cobrir eventuais perdas com estas operações.

c. Plano de Aposentadoria e Pensões

O Conglomerado não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplicam ao Conglomerado as exigências dispostas na Deliberação CVM nº 695/2012.

d. Cessão de marca e domínio

O Conglomerado, com o objetivo de expandir a presença no setor de atividade em que atua, optou por utilizar a conceituada experiência na gestão de diversas marcas nacionais e internacionais, da J&F Investimentos S.A., contando com equipe e consultoria global de profissionais especializados na área de inteligência e marketing. Em 22 de dezembro de 2016 o Banco Original S.A. cedeu para a J&F Investimentos S.A. (Parte Relacionada) a titularidade e todos os direitos sobre a marca e nome dos domínios: www.original.com.br e www.bancooriginal.com.br. O Conglomerado continuará a explorar a marca e domínio mediante pagamento de royalties de 1% do resultado operacional para a J&F.

O preço de venda acordado foi de R\$ 422.000 apurado por especialistas externos e independentes a ser pago em 36 parcelas nas seguintes condições contratuais: R\$ 11.730 foram recebidos no ato da venda; o saldo de R\$ 410.270 será recebido em 35 parcelas mensais de R\$ 11.720, acrescidos pela variação positiva do CDI a partir do ato da venda até a data do efetivo pagamento; e os pagamentos de royalties não ocorreram em 2016. O saldo a receber em 30 de junho de 2017 é de R\$ 360.407 e os resultados reconhecidos decorrentes de atualização de CDI montam o valor de R\$ 21.951 contabilizados na rubrica Resultados não operacionais.

32. Acordo de colaboração de executivos e ex-executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos.

Como é de conhecimento público, em maio de 2017 determinados executivos e ex-executivos da JBS S.A. e da J&F Investimentos S.A. ("J&F"), atual controladora indireta do Banco Original, celebraram acordos de colaboração premiada com a Procuradoria Geral da República ("PGR"), posteriormente homologados pelo Supremo Tribunal Federal - STF. Os acordos preveem o pagamento de multas, por parte desses executivos, bem como a colaboração com o Ministério Público Federal ("MPF"), acerca de todos os fatos relatados àquela autoridade, dentre outras obrigações. Em junho de 2017, a J&F, celebrou acordo de leniência com o MPF ("Acordo"), devidamente homologado pela 5ª Câmara do MPF em 24 de agosto de 2017, o qual está pendente de levantamento de sigilo.

O Acordo prevê o pagamento de R\$10,3 bilhões em 25 anos a serem pagos exclusivamente pela J&F Investimentos S.A. e diz respeito às operações Cui Bono, Carne Fraca, Sepsis, Greenfield e demais anexos constantes do acordo. Tão logo haja o levantamento de sigilo, as subsidiárias da J&F terão acesso ao inteiro teor do Acordo e tomarão medidas cabíveis, caso necessário.

Em decorrência dos acontecimentos acima narrados, a administração do Banco Original S.A., em cumprimento a seus deveres de diligência, contratou o escritório de advocacia independente Sampaio e Ferraz Advogados que, juntamente com a Grant Thornton Corporate Consultores de Negócios Ltda. ("Assessores Legais"), iniciaram uma investigação interna relacionada aos crimes delatados por seu controlador, visando a constatar eventuais repercussões dos fatos mencionados no Acordo no Banco Original ou se alguns dos membros da administração do Banco Original ou qualquer um de seus funcionários que tenham responsabilidade no processo de elaboração dos relatórios financeiros estiveram envolvidos nos mencionados crimes.

Os Assessores Legais estão conduzindo uma revisão da documentação relacionada aos temas sob investigação, entrevistas com pessoas relevantes e conduzindo análises financeiras e contábeis relacionadas a certas transações. Os Assessores Legais informaram que, com base nas atividades realizadas até esta data, não foram identificadas evidências de que o Banco Original S.A. e sua atual Administração ou qualquer de seus administradores e empregados atuais se envolveram em atividades de corrupção, nem tampouco a necessidade de ajustes relevantes nestas demonstrações financeiras. A investigação encontra-se em andamento e, apesar de não ser possível precisar a data de sua conclusão, estima-se que tais trabalhos devam ser concluídos neste semestre.

Entendemos também ser importante destacar que, em 11 de agosto de 2017, como parte das obrigações assumidas no âmbito do Acordo de Leniência assinado pela J&F com o MPF, foi constituído um Comitê de Supervisão Independente para realizar uma investigação interna em suas controladas e coligadas, com o objetivo de identificar a participação de seus colaboradores em atos ilícitos que não tenham sido revelados na colaboração premiada efetuada por seus executivos e ex-executivos. Esse Comitê ratificou a contratação dos Assessores Legais, passando estes a responder diretamente ao Comitê de Supervisão Independente, inclusive no que diz respeito a seu escopo de atuação.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Original tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A., bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Original é um órgão composto por dois membros externos e independentes, e três diretores do Banco.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração do Conglomerado, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna, e a auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do Comitê e os órgãos da Administração do Conglomerado, de modo que as solicitações de informações dos componentes do Colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A Administração do Conglomerado é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Presidente e supervisionada pelo Comitê. Atua de forma objetiva e independente e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados. A Auditoria Interna prevê os Acionistas, a Presidência, a Diretoria Executiva e o Comitê de Auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Conglomerado.

A KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado, e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Comitê reuniu-se 6 vezes no 1º semestre 2017 e fez 34 reuniões com a empresa de auditoria independente, com os responsáveis pela auditoria interna, bem como com os gestores de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da auditoria interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 30.06.2017.

O Comitê de Auditoria emitiu uma recomendação de implantação desejável ao longo do primeiro semestre de 2017. A recomendação foi aceita.

O Comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras de 30.06.2017 das instituições que compõem o Conglomerado Financeiro Original foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do Conglomerado.

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Conglomerado.

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração do Conglomerado Financeiro Original a aprovação das demonstrações financeiras auditadas relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2017.

São Paulo, 28 de agosto de 2017.

O Comitê de Auditoria
Carlos André Hermesindo da Silva
Carlos Augusto de Oliveira
Marcelo Santos
Marcelo Habice da Motta
Sandoval Martins